



MUNICÍPIO DE CUBA

ATA Nº 3

30-10-2018

(Reunião Extraordinária)

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'Nuef', '+1-', and 'J. G. R.'.

Aos trinta dias do mês de outubro de dois mil e dezoito, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Cuba, sob a presidência do Senhor Presidente, João Manuel Casaca Português, realizou-se a terceira reunião extraordinária deste Órgão Executivo, com a participação dos Senhores Vereadores Luís José de Brito Camacho Barriga, Francisco Xavier Candeias Fitas, Maria Jacinta Cardoso Grilo e Noémia Ermelinda Rocha Fragoso. ----- Participaram também nos trabalhos o Jurista - Chefe da Unidade de Apoio Jurídico, Desenvolvimento, Cultura e Sociedade, Vítor Manuel Parreira Fialho, a quem incumbe a função de prestar os esclarecimentos julgados necessários sobre os assuntos submetidos a deliberação e José Francisco Ribeiro Roque, Coordenador Técnico da Câmara Municipal de Cuba, designado para secretariar as reuniões do órgão executivo. A reunião teve início às catorze e trinta horas, depois de todos os membros da Câmara terem tomado os seus lugares e se verificar existir quórum. -----

ORDEM DO DIA: -----

1. APROVAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL PARA O ANO 2019. -----

Foi presente à Câmara a Informação 35/2018, da Subunidade de Recursos Humanos enquadrando o assunto em título: -----

"A presente informação surge no sentido da necessidade de aprovar o Mapa de Pessoal junto à aprovação do orçamento da Autarquia para vigorar no ano 2018, em cumprimento dos normativos legais aplicáveis à gestão de recursos humanos, dos trabalhadores que exercem funções públicas, quaisquer que sejam as relações jurídicas de emprego público.

Em cada ciclo anual de gestão, o órgão executivo deve planejar as atividades de natureza permanente ou temporária tendo presente a missão, competências e atribuições que lhe estão adstritas. -----

O órgão deliberativo pronuncia-se sobre a aprovação do mapa de pessoal, de acordo com o planeamento delineado e aprovado pela câmara municipal. -----

A proposta de mapa de pessoal, aproximará o mais possível à realidade local, identificando o número e o perfil dos recursos humanos necessários para assegurar a missão e as atividades municipais. -----

Esta proposta de mapa de pessoal reflete a política de gestão de recursos humanos definida pelo executivo, atendendo aos sucessivos constrangimentos introduzidos pelas leis de orçamento de estado dos últimos anos, que implica a programação de abertura de procedimentos concursais nas áreas mais deficitárias, no recurso a mobilidades nas suas diversas formas, como instrumento de valorização profissional dos trabalhadores, contribuindo para uma melhor cultura organizacional orientada para o serviço público, apostando na formação profissional dos trabalhadores, de acordo com critérios de racionalização e transversalidade dos serviços municipais. -----

Legislação aplicável -----

A Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que aprova a Lei Geral do trabalho em Funções Públicas (LGTFP), regula os vínculos de trabalho em funções públicas. -----

Da aplicação dos preceitos legais, resulta o Mapa de Pessoal do ano 2018, em que consta Unidades Orgânicas/Subunidades ou Serviços/áreas de atividade, cargos, carreiras/categorias, formação académica no caso dos detentores de carreira técnica superior, número de posto de trabalho existentes e ocupados, relação jurídica de emprego público, bem como as observações que se julgarem oportunas para melhor compreensão do que se encontra explanado no respetivo mapa. -----

O provimento dos lugares vagos, dependerá das normas que vierem a ser aprovadas para o exercício da Gestão de Recursos Humanos no ano de 2017, no que concerne à redução de trabalhadores ou contenção de custos com pessoal. -----

Alterações relevantes ao exercício anterior: -----

1) Não se registam extinção de postos de trabalho; -----

2) Criação de novos postos de trabalho: -----

2.1.) Por tempo indeterminado: -----

- 1 assistente operacional (eletricista); -----

- 5 assistentes operacionais (Subunidade de Ambiente e Espaços Verdes). -----

Não obstante, do que agora se apresenta, pretende-se que o Mapa de Pessoal seja um documento estratégico e dinâmico na gestão municipal, que poderá, durante o ano civil a que se reporta, ser sujeito a alteração ou revisão. -----

A Câmara, por unanimidade, ao abrigo das competências previstas na alínea o) do n.º 1, art. 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou propor à Assembleia Municipal que este órgão, ao abrigo das competências que lhe são cometidas pelo n.º 4 do art.º 29.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, aprove o mapa de pessoal para o ano de 2019, em anexo à atual Informação. -----

2. DOCUMENTOS PREVISIONAIS (ORÇAMENTO E GOP'S) PARA O ANO DE 2019.

Foi presente à Câmara a informação n.º 31/2018, dos Serviços Financeiros através da qual e de acordo com o Dec-Lei n.º 54-A/99, se apresentam os documentos previsionais a adotar pelas autarquias locais, que são as Grandes Opções do Plano e o Orçamento. -----

Nas Grandes Opções do Plano são definidas as linhas de desenvolvimento estratégico da autarquia e incluem, designadamente, o plano plurianual de investimentos e as atividades mais relevantes da gestão autárquica. -----

O Orçamento das autarquias locais apresenta a previsão anual das receitas, bem como das despesas, de acordo com as classificações e as regras previsionais previstas no POCAL. -----

O Sr. Presidente da Câmara fez uma breve apresentação do Plano de Atividades para 2019, apontando as propostas do executivo para as várias áreas de intervenção, relevando de entre as demais a área social, a cultura, a juventude, o desporto, recreio e lazer, os mercados e feiras, o turismo e a requalificação urbana.

Seguidamente passou a palavra à Dr.ª Carmen Estrela para fazer a apresentação técnica do documento.

A Chefe da Unidade de Administração e Finanças referiu que o valor do orçamento para este ano é de € 6 477 846,00 e, de um modo geral, ilustrando através de grafismo comparativo, documento que enviou aos senhores vereadores para melhor perceção, quantificou as propostas de investimento nas áreas de intervenção anteriormente enunciadas pelo Sr. Presidente da Câmara.

O Sr. Vereador Luís Barriga interveio dizendo que, no respeitante à análise que fizemos deste orçamento, vamos, em primeiro lugar, referir algumas questões de carácter geral para depois, questionar algumas situações concretas.

Ao ler o preâmbulo e a introdução deste documento ficamos mais com a ideia que estamos perante um manifesto político do que um orçamento municipal. Bem sabemos que nestes documentos se tem de fazer o enquadramento político das ações propostas, mas neste caso é manifestamente exagerada a forma como é feito e como o discurso ideológico do PCP nos é apresentado, quando claramente não havia essa necessidade.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top right and several smaller ones below it.

Refere o preâmbulo, na sua página nº 2, que o Município pretende “*continuar a afirmar o concelho de Cuba como um polo de investimento*”, quando estamos perante um orçamento que tem o mais baixo valor de investimento dos últimos 3 anos. E a linha tem vindo a ser esta. O último mandato já foi o de valor mais baixo dos últimos três, como se pode verificar pelo Anuário Financeiro do Municípios Portugueses 2017, na sua página 130.

Temos de ser coerentes com o que dizemos e com os números que apresentamos. O quadro da despesa apresentado na página 21 prevê um valor de investimento para 2019 inferior em cerca de 200.000,00€ ao que foi previsto em 2018, ou seja -14.07%. A continuar este caminho, os próximos anos serão de fraco investimento e os Cubenses terão todas as razões para ficar preocupados com o futuro.

Estamos pois perante um orçamento praticamente focado na gestão corrente e nos eventos festivos. A despesa corrente irá representar, em 2019, 74% do total do orçamento, aumentando cerca de 8.5% face a 2018. Se o aumento da despesa com o pessoal já se sabia que ia ocorrer pela regularização dos precários, verifica-se que há também aumentos previstos nas aquisições de bens e serviços e nas transferências correntes.

Com os problemas que temos tido com o desequilíbrio orçamental corrente, com estas políticas teremos provavelmente ainda mais dificuldades em 2019.

Gostávamos também de referir que este orçamento continua claramente eleitoralista. À semelhança do orçamento anterior, grande parte das obras e propostas que foram o programa eleitoral da CDU nas últimas eleições autárquicas estão inscritas neste orçamento apenas com um valor simbólico, prevendo-se apenas e a acontecer, execução financeira para os anos seguintes, 2020 e 2021. Vai-se passar mais um mandato em que apenas na sua parte final se tenta fazer alguma coisa para impressionar os eleitores e fazer esquecer a inação dos primeiros anos.

O Sr. Presidente da Câmara referiu que, contrariamente à posição do Sr. Vereador Luís Barriga, o preâmbulo e a introdução do orçamento municipal não são um manifesto político. Estes documentos tem um contexto que é condicionado por políticas governamentais que as autarquias são obrigadas a seguir. Os orçamentos municipais são sempre documentos políticos já que são forças políticas que geram os municípios e tem as

suas próprias ideologias e prioridades e este documento deve refletir essas medidas que são consideradas prioritárias.

O facto de o Vereador citar que este é o mandato com o mais baixo investimento nos últimos anos reflete que não tem estado atento às alterações legislativas impostas, nomeadamente sobre a distribuição de verbas correntes e de capital, e que demonstra a diferença entre um técnico e um político.

Uma coisa é um orçamento outra coisa são as taxas de execução e nesse aspeto o município de Cuba, aquilo que tem previsto em orçamento acaba por realizar numa percentagem elevada, contrariamente àquilo que acontecia antes de 2013 onde se empolavam as verbas, os orçamentos eram elevados mas não correspondiam à realidade do investimento.

Sobre a gestão corrente convém lembrar o vereador que não pode andar a apregoar o investimento nas pessoas, no emprego e na contratualização de pessoal e depois, em sede de orçamento, vir defender o oposto, sabendo que não é possível ter “sol na eira e chuva no nabal”.

Este orçamento nunca é um orçamento eleitoralista porque tem previstas variadas obras e intervenções que faziam parte do programa eleitoral e que vão ser realizadas ou iniciadas no ano de 2019, aliás, se existisse inação deste executivo não seríamos certamente o concelho da nossa comunidade intermunicipal que tem neste momento a maior taxa de execução de projetos aprovados e realizados no Baixo Alentejo.

Por isso os Cubenses não têm que ficar preocupados pois o compromisso que assumimos com eles é para ser cumprido e os investimentos irão ser realizados.

O Sr. Vereador Luís Barriga relativamente à anterior intervenção gostava apenas de reforçar que a questão referida da diminuição do investimento é real e não tem nada a ver com taxas de execução. O Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses na pág. 130 fala de valores de investimento pagos e aí podemos ver a diminuição de que falei: mandato 2006/2009 - 4 874 831,00 €; mandato 2010/2013: 5 265 120,00 €; mandato 2014/2017: 3 934 041,00.

O Sr. Presidente disse que não é possível comparar o mandato de 2006/2009 quando a percentagem entre receitas de capital e de investimento oscilava entre os 65 e os 35% e

neste momento , em 2013/2017, só oscila entre os 80 e os 20%. Além do mais o mandato de 2013/2017, foi caracterizado pela alteração do Quadro comunitário o que significa que a aprovação dos investimentos foi muito mais tardia e, por conseguinte houve um adiar dos investimentos que estão previstos ser realizados no mandato 2017/2021. Por outro lado no atual Quadro Comunitário os municípios tiveram uma diminuição muito considerável de verbas disponíveis no âmbito a Comunidade Intermunicipal enquanto, no mandato 2010/2013, na CIM estava disponível 1 500 000,00€, neste mandato está disponível apenas 1 000 000,00€, isto só para citar alguns exemplos.

O Sr. Vereador Luís Barriga disse que realmente os mandatos não são comparáveis. O que teve maior valor de investimento pago correspondeu aos anos em que houve intervenção da TROIKA em Portugal onde as restrições financeiras aos municípios foram por demais conhecidas e condicionaram fortemente a sua atividade.

O Sr. Presidente da Câmara respondeu dizendo que, ou me expliquei mal ou o vereador Luís Barriga não que perceber o que eu disse. Parafraseando um político cá da praça “é uma questão de fazer contas”. Se em 6 000.000,00€ disponíveis por ano tirarmos 35% para o investimento que era aquilo que era permitido na gestão do PS e que agora só é permitido 20%, ficamos com 8 400 000,00€ de hipótese para investir no mandato. Se o investimento for de 5 000 000,00€ significa que na prática e já que era impossível investir mais, a CDU com menos dinheiro e, percentualmente, investiu mais dinheiro no concelho. É tão simples quanto isto: “ é só fazer contas”.

O Sr. Vereador Luís Barriga lembrou que o aumento da receita com o IMI aprovada no ano anterior seria destinada, como referiu o Sr. Presidente várias vezes, para um aumento do investimento no Parque escolar .

Verificamos efetivamente a inscrição de uma rubrica neste orçamento para requalificação dos polos escolares com uma verba de 1 000€, mas tudo com verbas não definidas e sem previsão expressa de receita comunitária. Questionamos como é que vai ser feita essa requalificação.

O Sr. Presidente respondeu dizendo que essa verba vai ser aplicada já no próximo ano, e que poderá existir inclusive possibilidade de investimento comunitário daí a verba inscrita estar em “não definido”.

O Sr. Vereador Luís Barriga, relativamente à ETAR de Vila Ruiva disse: como sabemos não está a funcionar há bastante tempo e neste momento todo o efluente corre para a ribeira de Alvito, não tratado. Pergunto como se justifica o orçamento apenas prever para 2020 alguma verba para a resolução deste grave problema ambiental.

O Sr. Presidente da Câmara respondeu que a ETAR de Vila Ruiva foi objeto de obras de conservação há relativamente pouco tempo e que as análises feitas não revelam qualquer tipo de preocupação nesse sentido como referiu de saúde pública. É claro que poderia estar em melhores condições e haver um investimento mais elevado mas existem outras que nos preocupam mais, nomeadamente a de Cuba e a de Faro do Alentejo que não sendo da competência da autarquia servem uma área populacional maior e podem ter repercussões mais elevadas na área do ambiente.

Relativamente às ETAR's e saneamento básico no concelho de Cuba, o PS nunca lhe deu a devida atenção durante 16 anos.

O Vereador Luis Barriga disse que, relativamente às propostas que o PS apresentou, mais uma vez não fomos atendidos ou parcialmente atendidos. A passagem pedonal que já estava inscrita o ano passado, mas sempre com verbas não definidas. Poderia ter-se incluído algum valor para o projeto e assim dar um sinal de que seria mesmo para avançar.

A necessidade de requalificação dos postos médicos que não lhe parece suficiente serem vistas como simples obras de conservação e manutenção como se lê no orçamento

Os arranjos exteriores do polidesportivo de Vila Alva pela leitura que faz do orçamento só em 2020 é que vão poder avançar, o que não achamos correto.

O Sr. Presidente respondeu dizendo que relativamente aos arranjos exteriores está inscrita verba suficiente para fazer a intervenção em 2019. Quanto aos Postos Médicos, em Faro do Alentejo foram realizadas obras há relativamente pouco tempo; em Vila Alva foi substituída toda a parte elétrica e aquecimento e que em Vila Ruiva está prevista no âmbito da requalificação do Centro Cultural da freguesia algumas obras de melhoria no espaço. Lembrou que estas questões dos Postos de Saúde e de acordo com o protocolo existente são da competência da autarquia apenas as obras de conservação e manutenção pelo que não nos poderemos substituir ao estado central em atribuições e competências

Luís
Nº 2
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

deste, até porque há bem pouco tempo, e os vereadores do PS votaram a favor, a rejeição da transferência de competências na área da saúde.

Relativamente ao corredor coberto do edifício do Agrupamento de escolas de Cuba e Pavilhão Desportivo Municipal é intenção realizar a obra em 2019, através da resolução do legado que há anos se arrasta ou até mesmo da disponibilidade de algumas verbas para os espaços exteriores das Escolas que está previsto ser reforçadas, no âmbito da ITI daí a inclusão da verba no “não definido”.

A Câmara, por maioria, com a abstenção dos Vereadores do PS, deliberou: -----

1.º Aprovar os Documentos Previsionais para o ano económico de 2019, ao abrigo das competências que lhe são cometidas pela alínea c) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/13, de 12 de Setembro, na sua redação atual; -----

2.º - Remeter o referido documento para aprovação pelo órgão deliberativo (Assembleia Municipal) para que este, ao abrigo das competências que lhe são cometidas pela alínea a) do n.º 1 do art. 25.º do mesmo normativo legal proceda à respetiva aprovação; -----

3º - Registrar que o envio dos documentos ao órgão deliberativo terá de ser efetuado até ao final do corrente mês de outubro, de acordo com o enumerado no n.º1 do artigo 45.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro. -----

Aprovação da ata: -----

Em conformidade com o art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para constar lavrou-se a presente ata que foi aprovada, em minuta, por unanimidade, depois de lida em voz alta na presença dos membros da Câmara, que a rubricaram. -----

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião pelas 17,15 horas. -----

E eu, José Francisco Ribeiro Roque, Coordenador técnico da Câmara Municipal de Cuba, designado para secretariar as reuniões do órgão executivo redigi a presente ata, que assino com o Senhor Presidente. -----

O Presidente da Câmara,

O Coordenador técnico,